ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

Ensino de História e os desafios do tempo presente: apontamentos a partir de projetos de educação em direitos humanos

Teaching History and the challenges of the present time: notes from human rights education projects

Alessandra Gasparotto[1]
Amanda Nunes Moreira[2]
Carmen Beatriz Lübke Ücker[3]
Natiele Gonçalves Mesquita[4]

Resumo

O presente artigo trata de experiências voltadas para a educação em direitos humanos nas aulas de História. O conceito de direitos humanos suscita uma série de controvérsias e disputas de narrativas no tempo presente, o que faz com que a abordagem sobre direitos humanos na escola seja marcada por diversos desafios e atravessamentos. Diante disso, foram desenvolvidos projetos sobre o tema em três escolas públicas da cidade de Pelotas/RS, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/PIBID. Partindo dessas experiências, produzimos este texto, que está estruturado em três partes: inicialmente, tratamos de discussões sobre o conceito de direitos humanos, a educação em direitos humanos e a nossa proposta pedagógica. No segundo momento, apresentamos algumas reflexões sobre o desenvolvimento do projeto em cada uma das escolas parceiras. E, por fim, algumas percepções sobre a abordagem dos direitos humanos nas aulas de História, a partir de nossas aprendizagens e dos desafios enfrentados neste processo.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Ensino de História; Tempo Presente.

Abstract

This article deals with experiences focused on human rights education in History classes. The concept of human rights raises a number of controversies and narrative disputes in the present time, which makes the approach about human rights at school marked by several challenges and crossings. Therefore, projects on the subject were developed in three public schools in the city of Pelotas/RS, through the Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation/PIBID.

EDITOR-CHEFE:
Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:
Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 04/11/2022
ACEITO: 03/03/2023

1 Professora do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante do Laboratório de Ensino de História e coordenadora da área de História do PIBID-UFPel / 2018-2022. ORCID iD: 0009-0006-8960-6245. E-mail: sanagasparotto@gmail.com

2 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestra em Ensino de História – Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA - núcleo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora das redes municipal e estadual de Pelotas/RS. Supervisora da área de História do PIBID-UFPel / 2018-2022. ORCID iD: 0009-0004-5980-4588. E-mail: amanda.nunes.moreira@gmail.com

3 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul (RS). Supervisora da área de História do PIBID UFPel / 2018-2020. ORCID iD: 0009-0000-5830-6713. E-mail: bia.lubke@gmail.com

4 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora das redes municipal e estadual de Pelotas/RS. Supervisora da área de História do PIBID UFPel / 2018-2022. ORCID iD: 0009-0007-1433-4289. E-mail: natiele.mesquita@gmail.com

COMO CITAR:
Gasparotto, A.; Moreira, A. N.; Ücker, C. B. L.; Mesquita, N. G. Ensino de História e os desafios do tempo presente: apontamentos a partir de projetos de educação em direitos humanos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 266-285, jul.–dez., 2023.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

Based on these experiences we produced this text, divided in three parts: initially, we deal with discussions about the concept of human rights, human rights education and our pedagogical proposal. Then we present some reflections on the development of the project in each of the partner schools. And, finally, some perceptions about the approach to human rights in History classes, based on our learning and the challenges faced in this process.

Keywords: Human Rights Education; History teaching; Present time.

Em fevereiro de 2020, a alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU), Michelle Bachelet, ao fazer um balanço da situação dos direitos humanos em nível global, listou o Brasil como um dos países onde há "preocupações com os direitos humanos", afirmando que há retrocessos significativos em relação ao tema (Jamil Chade para UOL NOTÍCIAS, 27/02/2020). Dias depois, em sessão oficial do Conselho de Direitos Humanos (DH) da entidade, emergiram várias críticas ao governo brasileiro, denunciado, conforme reportagem do jornalista Jamil Chade no jornal *El País*, "por diversas violações ao meio ambiente, a mulheres e a indígenas, e pelo desmonte dos mecanismos de proteção aos direitos humanos" (EL PAÍS, 09/03/2020). Tais críticas estão amparadas em estatísticas que evidenciam as intensas violações de direitos em nosso país, que também é um dos mais violentos do mundo para quem atua em sua defesa.

Ao mesmo tempo, pesquisas recentes revelam percepções equivocadas em torno dos direitos humanos: de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos em abril de 2018, "66% dos brasileiros acreditam que os direitos humanos protegem mais os bandidos do que as vítimas" e 54% concordam com a frase "os direitos humanos não defendem pessoas como eu". (Reportagem de Guilherme Henrique, DW, 26/08/2018).

Tais dados evidenciam que o debate do tema é atravessado por mitos e controvérsias, que também estão presentes nos mundos da escola. Professores e professoras, ao tratar da questão na Educação Básica, são frequentemente confrontados com tais percepções sobre os direitos humanos, o que faz com que sua abordagem - tão urgente e potente - se constitua em um tema bastante sensível em sala de aula. O que torna este um tema sensível? Como abordá-lo e oportunizar outras perspectivas sobre os direitos humanos? Como é possível construir aprendizagens significativas acerca do tema? Estas são algumas das questões que nos propomos a discutir, buscando aproximar tal discussão do campo do ensino de História.

Neste sentido, este artigo apresenta algumas reflexões acerca de uma experiência pedagógica realizada a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)[5] da área de História da Universidade Federal de Pelotas. Dentre as atividades do PIBID, foi desenvolvido um projeto intitulado *"Direitos humanos é coisa de … todos/as nós"*, que estabeleceu uma série de ações pautadas na perspectiva de uma educação em e para os direitos humanos, em diálogo com o ensino de História. Este texto reúne algumas de nossas percepções - enquanto educadoras e integrantes da equipe do PIBID-História -, a partir da aplicação do projeto, do envolvimento dos/as pibidianos/as e do envolvimento dos/as estudantes e da comunidade escolar.

5 O PIBID é um Programa financiado com recursos da CAPES que busca incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica e contribuir para a valorização da formação de professores/as. O Programa concede bolsas a estudantes de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Mais informações, consultar: https://wp.ufpel.edu.br/pibid/historico/gestao/

Para isso, dividimos o texto em três partes: inicialmente, tratamos de algumas discussões sobre o conceito de direitos humanos, a educação em direitos humanos e a nossa proposta pedagógica em torno do tema nas aulas de História. No segundo momento, apresentamos algumas reflexões sobre o desenvolvimento do projeto em cada uma das escolas parceiras: uma delas localizada no bairro Fragata, outra localizada no centro da cidade e a escola localizada no Balneários dos Prazeres, popularmente conhecido como Barro Duro pelos moradores do município, todas situadas na cidade de Pelotas. E, por fim, apresentamos algumas percepções sobre a abordagem dos direitos humanos em sala de aula, a partir de nossas experiências e aprendizagens neste processo.

PARA INÍCIO DE CONVERSA: O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS E O QUE PROPÕE UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS?

Para início de conversa, partimos da pergunta: o que são, afinal, os direitos humanos? A definição deste conceito é bastante complexa, uma vez que "a expressão direitos humanos pode referir-se a situações políticas, sociais e culturais que se diferenciam entre si, tendo significados diversos. Assim, o conceito de direitos humanos alcança um caráter fluido, aberto e de contínua redefinição." (CORREIA, 2005). Maria Victoria Benevides (2004) ressalta que, em primeiro lugar, é importante destacar o caráter universal e natural dos direitos humanos. De acordo com a autora, por vezes confunde-se os direitos humanos com os direitos do/a cidadão/ã, que são criados e devem necessariamente estar inseridos em um determinado ordenamento jurídico. A autora complementa:

> Já os Direitos Humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo, porque eles não se referem a um membro de uma sociedade política; a um membro de um Estado; eles se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos. (BENEVIDES, 2004, p. 5)

Assim compreendemos direitos humanos como todos aqueles direitos que são comuns a todas as pessoas, independente de sua cor, nacionalidade, orientação sexual, religião ou classe social, a começar pelo direito à vida.

Cabe destacar que Benevides também chama a atenção para a dimensão histórica dos direitos humanos. Isso significa pensar que as concepções acerca do que são direitos se modificam com o passar do tempo, forjadas pelos diferentes processos históricos vividos pelos grupos e sociedades. Assim, os direitos humanos reivindicados pelos/as revolucionários/as franceses/as não são exatamente os mesmos que hoje pautam as lutas contemporâneas. Segundo Benevides, há uma distinção, do ponto de vista histórico, dos Direitos Humanos, classificados em três gerações:

A primeira geração é a das liberdades individuais, ou os chamados direitos civis. São as liberdades consagradas no século XVIII, com o advento do liberalismo, são direitos individuais contra a opressão do Estado, contra o absolutismo, as perseguições religiosas e políticas, contra o medo avassalador em uma época em que predominava o arbítrio e a distinção rigorosíssima, mais que em classes sociais, em castas sociais. Que liberdades individuais são essas? As de locomoção, a de propriedade, de segurança, de acesso à justiça, de opinião, de crença religiosa, de integridade física. (BENEVIDES, 2004, p. 9)

A segunda geração seria aquela ligada aos "direitos sociais do século XIX e meados do século XX. São todos aqueles direitos ligados ao mundo do trabalho. Como o direito ao salário, à seguridade social, a férias, a horário, à previdência etc." (BENEVIDES, 2004, p. 10). E por fim, temos a terceira geração, "aquela que se refere aos direitos coletivos da humanidade. Referem-se ao meio ambiente, à defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico". (BENEVIDES, 2004, p. 10). Assim, ao discutir a questão dos direitos humanos, é preciso levar em conta sua dimensão histórica, e pensar como as transformações que vivenciamos na contemporaneidade demandam também novas reflexões acerca de tais direitos.

A partir do aprofundamento do debate sobre os direitos humanos, surgiram demandas em torno da inserção de tal temática no campo educacional. Segundo Candau (2007), a partir dos anos de 1980, as organizações de Direitos Humanos latino-americanas passaram a ampliar seu horizonte de preocupações e seus espaços de atuação. Além das questões consideradas tradicionais e básicas – relacionadas aos direitos civis e políticos – passaram a ser enfatizadas questões ligadas aos direitos sociais, econômicos e culturais, no nível pessoal e coletivo. A autora complementa, afirmando que "a partir deste momento, adquirem especial relevância as atividades de promoção e educação em direitos humanos." (CANDAU, 2007, p. 101).

Mas o que significa, afinal, uma educação em Direitos Humanos? O que propõe, como se configura, qual o seu sentido? Segundo Candau (2007), o discurso acerca da educação em direitos humanos é marcado por uma forte polissemia. A autora chama a atenção para a importância de não deixar que "a expressão Direitos Humanos seja substituída por outras mais ambíguas ou que restrinjam a educação em Direitos Humanos a uma educação em valores, inibindo seu caráter político". Mais recentemente, a expressão passou a englobar questões tão diversas como a educação para o trânsito e os direitos do consumidor, correndo o risco "de englobar tantas dimensões que perca a especificidade e uma visão mais articulada e confluente." (CANDAU, 2007, p. 404)

Outra questão importante diz respeito ao sentido de uma educação em direitos humanos. Segundo Candau, é preciso reforçar três dimensões da educação em Direitos Humanos: a primeira diz respeito à formação de sujeitos de direito, ou seja, sujeitos que tenham a consciência de seus direitos, individuais e coletivos; a segunda está relacionada a favorecer o processo de "empoderamento" dos atores e grupos sociais historicamente desfavorecidos; e a terceira dimensão está centrada nos processos de mudança e transformação da sociedade. Este terceiro ponto enfatiza a ideia de "educar para o Nunca Mais", no sentido de possibilitar o resgate de nossa memória histórica, rompendo "a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países." (CANDAU, 2007, p. 404-405).

À medida em que as demandas direcionadas a uma educação para os direitos humanos se expandiram, tal pauta foi incluída em documentos oficiais que orientam a organização curricular no Brasil. Em 2007, foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)[6], que propõe a inserção dos direitos humanos nas diretrizes curriculares da educação básica.

6 O PNEDH é fruto do trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituído em 2003 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Como linhas gerais de ação, o documento inclui o desenvolvimento normativo e institucional, a produção de informação e conhecimento voltados à educação em direitos humanos, a produção e divulgação de materiais sobre o tema (como a elaboração de recursos pedagógicos e a inclusão da educação em direitos humanos no Plano Nacional do Livro Didático e outros programas de livros e leituras), a formação e capacitação de profissionais, a gestão de programas e projetos específicos para a implementação das propostas do PNEDH.

É importante destacar que é fundamental um cuidado em relação às estratégias a serem utilizadas para efetivar tal inserção, pois ela exige a construção de uma cultura escolar diferente, bem como a produção de material adequado e a formação continuada de professores/as acerca do tema. Não basta inserir no currículo formal alguns conteúdos vinculados aos direitos humanos, é preciso "trabalhar em diferentes dimensões dos processos educativos e do cotidiano escolar, favorecendo que a cultura dos Direitos Humanos penetre todo o processo educativo." (CANDAU, 2007, p. 405).

A partir das dimensões e do sentido atribuídos à educação em direitos humanos, se evidenciam suas aproximações e intersecções com o Ensino de História. A formação de sujeitos de direito, o processo de afirmação e valorização de diferentes grupos sociais e a reflexão acerca das transformações experimentadas pelas sociedades ao longo do tempo não podem prescindir do conhecimento histórico. As lutas por direitos, os momentos em que tais direitos são negados, negligenciados ou afirmados, são objeto da História e precisam estar em nossas salas de aula.

Nos últimos anos, o ensino de História tem sido marcado por uma série de transformações. Conforme afirma Bittencourt (2018), o ensino de História tem experimentado mudanças marcantes em sua trajetória escolar, que até recentemente era caracterizado "como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de "grandes homens" para uma "nova" disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial." (BITTENCOURT, 2018, p. 127). De acordo com a autora,

> As recentes transformações da História têm sido constatadas por pesquisas recentes, e enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira, da história dos povos indígenas ou das mulheres. As transformações do ensino de História têm proporcionado debates importantes relacionados aos problemas epistemológicos e historiográficos, mas também quanto ao significado de sua inserção e rejeição em projetos curriculares nacionais e internacionais. (BITTENCOURT, 2018, p. 127)

Esses debates no campo do Ensino de História evidenciaram as lacunas e os silenciamentos em nossos currículos e salas de aula, produzindo assim muitos tensionamentos, mas também transformações bastante positivas, como a aprovação das leis 10.639/03 e 11.645/08[7] e a preocupação por parte de professores/as, redes de ensino e escolas em repensar suas abordagens e garantir que outras histórias sejam contadas e problematizadas.

Nesta perspectiva, compreender como indígenas, mulheres, negros e negras, LGBTQIA+s[8], entre outros, tiveram (e ainda tem) seus direitos negados ao longo do tempo, suas lutas, formas de resistências e conquistas, é fundamental. Pensar tais histórias em diálogo com uma educação em direitos humanos abre novos horizontes e potencializa a formação da consciência histórica e da identificação de nossos/as estudantes como sujeitos de direitos.

---

7 A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. A Lei 11.645/08 acrescenta a obrigatoriedade de abordar a história e cultura indígena na Educação Básica.

8 A Aliança Nacional LGBTI+ traz a seguinte definição para a sigla LGBTQIA+s: L - lésbicas; G- gays;B - bissexuais; T - transgênero; Q - queer; I - intersexo; A - assexual; o símbolo de + busca incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais não se encaixam nos padrões da heteronormatividade.

O PIBID-HISTÓRIA UFPEL E O PROJETO "*DIREITOS HUMANOS É COISA DE... TODOS/AS NÓS!*"

Um dos eixos de atuação do Subprojeto História do PIBID-UFPel esteve centrado na questão dos direitos humanos, que previa o desenvolvimento de um projeto intitulado *"Direitos humanos é coisa de... todos/as nós!",* direcionado às/aos estudantes das escolas parceiras. Para isso, organizamos atividades de formação sobre diferentes concepções teóricas a respeito de questões que envolvem a temática dos direitos humanos, bem como suas vinculações com a educação.

Neste processo, foram realizadas rodas de conversa com militantes de direitos humanos e de organizações que atuam em torno de algumas pautas relacionadas a questões raciais, de gênero e sexualidade. Assim, os/as pibidianos/as foram desafiados a propor um projeto para sua escola, no qual deveriam elencar alguns eixos temáticos, partindo da realidade escolar específica observada em suas vivências iniciais e no diagnóstico escolar.

A proposta deveria contemplar os seguintes itens: Título; Considerações iniciais (incluindo uma breve exposição acerca dos eixos/temas centrais do Projeto, escolhidos pelo Núcleo a partir do diagnóstico desenvolvido na escola); Objetivos do Projeto; uma proposta de atividade introdutória, que permitisse discutir sobre o conceito de direitos humanos, problematizar discursos que circulam nas mídias, ouvir as opiniões dos/as estudantes e sensibilizá-los em relação ao tema; uma proposição de campanha relacionada aos DH que envolvesse toda a escola; uma sugestão de cine-debate (filmes, curtas, animações); a indicação de uma ferramenta de comunicação para o projeto (redes sociais, mural, jornal/informativo, etc); duas sugestões de oficinas temáticas.

No que se refere às oficinas, estas poderiam abordar temas diversos, tratar de um recorte ou enfatizar um direito humano específico. Nossa proposta foi que as oficinas procurassem vincular os direitos humanos com o ensino de História, então os Núcleos foram estimulados a buscar historicizar os direitos humanos, evidenciar como diferentes grupos e sociedades passaram por experiências de negação, luta e afirmação de direitos, abordar episódios que forjaram a conquista de direitos ou referenciar lugares e espaços de memória vinculados aos direitos humanos, por exemplo.

Cada Núcleo desenvolveu uma proposta, que foi discutida coletivamente pela equipe do PIBID História, para então ser implementada. Nas próximas páginas, abordaremos como se deu esse processo em cada uma das escolas parceiras, apresentando algumas informações acerca de suas especificidades e das experiências desenvolvidas a partir de tal implementação.

VIOLÊNCIA TEM GÊNERO?

A primeira escola integrante do PIBID História encontra-se localizada no centro da cidade de Pelotas, atendendo a um público bem diversificado, oriundo de vários bairros. A escola não possui imóvel próprio, o mesmo é alugado pelo governo estadual, sendo esse o terceiro espaço que a escola ocupa. O primeiro local (imóvel) localizava-se próximo a um bairro da periferia da cidade, onde cerca de 90% dos/as seus/suas discentes eram provenientes.

Durante aproximadamente dois anos, a escola esteve alocada em uma casa antiga, sem nenhuma infraestrutura para "acomodar" um espaço escolar. Essa casa possuía uma pequena entrada, que dava acesso a uma sala, onde foi organizada uma pequena biblioteca, sala da direção e dos/as professores/

as; a garagem, que também era utilizada como sala de aula. Nos outros cômodos da casa (3), foram organizadas salas de aula; possuía uma cozinha, três banheiros e um pequeno espaço que era utilizado como pátio. Foi nesse espaço que os/as pibidianos/as iniciaram sua trajetória de experiência com a escola pública.

A partir do ano de 2018, a escola passou a atender apenas os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Por essa razão a escola acabou perdendo um significativo número de alunos/as, e pelo censo de 2019 possuía 174 discentes.

A primeira participação dos/as pibidianos/as na escola foi observando as aulas de História, e também outros componentes curriculares. No segundo semestre de 2018, aplicaram um questionário para as turmas, com o objetivo de conhecer o contexto de vida dos/as estudantes. O questionário foi respondido por 103 alunos/as, de um total de 174. Realizaram pesquisas na comunidade escolar, bem como com os dados do Censo Escolar. Ao final dessas investigações, foi realizado um relatório diagnóstico para compreender quais eram as necessidades dos/as alunos/as, e iniciar a construção do projeto de intervenção no cotidiano escolar, a partir das necessidades e carências apresentadas.

Nas reuniões do PIBID História, foram estudadas e debatidas as amostras coletadas nos questionários e observações, para então iniciar a construção dos projetos. No núcleo da escola, foi observada a grande necessidade de abordar questões relacionadas à gênero[9], sexualidade e violência; pontos que mais estiveram presentes nos questionários e narrativas dos/as alunos/as.

Escolhida a temática central do projeto, tiveram início as pesquisas e a estruturação da proposta, visando relacionar teoria e prática. Foi um momento de grande desafio para os/as pibidianos/as, pois além dos estudos teóricos acerca dos temas, eles/elas deveriam adaptar essas discussões para a faixa etária dos/as estudantes.

O projeto construído foi intitulado *Violência tem gênero?*, com discussões sobre sexualidade, violência e gênero. Essas abordagens são significativas para o ambiente escolar, pensando nessa instituição enquanto formadora de corpos e influenciadora na formação das identidades de sujeitos, como coloca Louro (2007):

> É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres. (2007, p. 204).

É necessário que esses debates e reflexões estejam presentes no contexto escolar, possibilitando um outro "olhar" em relação à sociedade, pensamento crítico e reflexivo sobre os temas abordados, temas esses que surgiram da necessidade apresentada pelos/as próprios/as estudantes.

Devido a escolha dos eixos temáticos, e para facilitar a aplicação das oficinas, foram escolhidos os segmentos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental para participação no projeto. Outro desafio foi contextualizar essas discussões no tempo determinado para o componente curricular de História (3h/aula).

9 Através dos processos culturais, definimos o que é - ou não - natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, consequentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino - nos corpos é feita, sempre no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade - das formas de expressar os desejos e prazeres - também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p. 6).

O debate do projeto permeou os objetivos do subprojeto do Pibid História *"Direitos humanos é coisa de ... todos/as nós!"*, abordando Direitos Humanos na escola, a partir de dois eixos temáticos. O primeiro eixo abordado foi gênero e sexualidade, e o segundo violência e gênero, levantando questões como LGBTQ+fobia. [10]O objetivo do projeto era situar os/as alunos/as sobre os conceitos de gênero e sexualidade; identificar e compreender a violência de gênero, incluindo a LGBTQ+fobia; conscientizar sobre as diversidades; fomentar o conhecimento acerca do acesso à informação e direitos humanos, desmistificando alguns conceitos enraizados na sociedade sobre os direitos humanos.

Considerando as carências apresentadas pela comunidade escolar, o projeto foi elaborado e sua organização dividida em dez encontros. Esses encontros foram aplicados em 4 turmas, duas no turno da manhã, e duas no turno da tarde. A quantidade de aplicações foi pensada devido a relevância dos eixos temáticos, bem como para propiciar a participação dos/as estudantes.

A aplicação dos encontros iniciou-se em setembro de 2019. Logo no primeiro encontro alguns alunos (meninos), não aceitaram as discussões de forma positiva, demonstrando um significativo preconceito relacionado aos eixos temáticos, sendo necessárias conversas particulares com os mesmos. Essa reação, manifestada por uma minoria, demonstra a compreensão que esses estudantes possuem em relação aos temas, construções que são realizadas em diversos espaços de socialização.

No primeiro encontro foi realizada com os/as alunos/as a atividade "chuva de ideias"; a turma foi desafiada a completar frases incompletas sobre Direitos Humanos e relacionadas aos gêneros feminino e masculino. Após essa dinâmica, foi iniciado um momento de reflexão e contextualização da temática, através de discussões e de um vídeo didático intitulado "A História dos Direitos Humanos".[11]

O segundo encontro foi iniciado com uma dinâmica chamada "A bola". Nessa dinâmica os/as estudantes se colocaram em círculo, um/a pibidiano/a ficava no centro e jogava a bola para um/a participante; esse/a deveria completar a frase "as mulheres são …" ou "os homens são …"; aquele/a que estava com a bola arremessava para outro/a colega. No início da dinâmica os/as discentes estavam tímidos, não queriam se expor, mas aos poucos foram participando, proporcionando discussões significativas. As frases foram registradas e questionadas entre as turmas.

No terceiro encontro foi realizado um "varal do tempo", registrando acontecimentos marcantes para as mulheres no decorrer dos processos históricos. Os/As alunos/as realizaram pesquisa em livros didáticos, buscando identificar a presença, ou não, das mulheres nas narrativas. Discussões relacionadas aos conceitos de homofobia, masculinidade, as letras LGBTQIA+s, foram exploradas no quarto encontro, através de explicações, discussões e imagens ilustrativas. É importante salientar que não foi possível aplicar os dez encontros em virtude da troca de horários dos componentes curriculares, devido à falta de professores/as, assim como da greve do magistério estadual, que iniciou em novembro de 2019.

A cada encontro realizado, era possível perceber um intenso envolvimento das turmas nas discussões e na realização das atividades práticas. Os/As pibidianos/as conseguiram estruturar práticas que possibilitaram uma conexão com as teorias estudadas sobre os eixos temáticos, auxiliando na construção do conhecimento histórico dos/as alunos/as.

---

10 De acordo com Maria Berenice Dias, presidente da Comissão da Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, homofobia é qualquer ato ou manifestação de ódio ou rejeição a pessoas LGBTQIA+s.

11 Vídeo produzido pela United for Human Rights, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uCnIKEOtbfc&t=54s

Algumas dificuldades foram encontradas durante as atividades em sala de aula, especialmente por conta de alguns discursos e ações homofóbicos por parte de alguns alunos (meninos). Era visível o desconforto desses estudantes em conversar sobre algumas temáticas propostas, principalmente relacionadas às questões de LGBTQ+fobia, bem como, sobre os espaços ocupados pelas mulheres na sociedade.

Em um desses momentos, o embate de um aluno em relação aos/às pibidianos/as foi tão intenso que o responsável do discente foi até a escola comunicar o seu descontentamento em relação ao que estava sendo trabalhado, afirmando que essas discussões não deveriam acontecer no espaço escolar, mas sim o ensino de Português, Matemática, Geografia etc. O pai do aluno proibiu a participação do seu filho no restante das atividades.

Esse episódio demonstra as dificuldades que as escolas enfrentam diante da resistência de algumas famílias no que se refere à abordagem de determinados temas e à forma como tais famílias se posicionam em relação à formação de seus/suas filhos/as. A falta de compreensão e a resistência em possibilitar que estes/as conheçam novas e diferentes experiências e narrativas é bastante comum. Podemos afirmar que essa experiência demonstrou a insatisfação de uma família, mas acreditamos ser a realidade de muitas outras que não se manifestaram.

A primeira percepção de nossas experiências foi a carência que os/as adolescentes possuem de espaços que oportunizem os debates que foram propostos pelos eixos temáticos do projeto. Essa necessidade foi apresentada por muitos/as estudantes, quando falavam que em suas famílias essas discussões não aconteciam, e por vezes, eram proibidas.

A segunda percepção, é a necessidade de um diálogo maior entre escola e família, para que esses temas, tais como gênero, violência, LGBTQ+fobia, etc, sejam abordados de forma segura e acolhedora em sala de aula e que seja possível problematizar as narrativas que circulam sobre os mesmos. É de suma importância aproximar família e escola, para que outros "olhares" e caminhos possam ser construídos, auxiliando na construção de nossos/as educandos enquanto sujeitos históricos e sociais e contribuindo assim para a formação de uma cultura de direitos.

MEU DIREITO DE IDENTIFICAÇÃO NO ESPAÇO

A segunda escola integrante do PIBID História é a única escola de Ensino Fundamental da localidade Barro Duro (*BD* para os mais próximos ou, Balneário dos Prazeres, para os órgãos oficiais). Para parâmetros de Pelotas, se configura em um local afastado do centro da cidade e, portanto, possui características específicas devido ao seu relativo isolamento. A Escola atualmente conta com todos os anos do Ensino Fundamental regular e modalidade EJA (Ensino de Jovens e Adultos), contabilizando um total de 658 matrículas, distribuídas em 48 turmas (Censo Escolar de 2020).

Além da relação de identificação com o território, outro fator gerado pela localização, é a representação da escola no seu contexto geográfico, na praça principal (Praça Aratiba). Além da escola, este entorno conta com a Unidade Básica de Saúde e com uma Escola Municipal de Educação Infantil, configurando em um núcleo de representação do serviço público municipal do lugar.

A região é reconhecida pelo Estado como Área de Preservação Permanente e de Interesse Cultural e Ambiental, pois é banhada pela Lagoa dos Patos e preserva uma pequena área de bioma da Mata

Atlântica. O *BD* também é conhecido no restante da cidade, e se reconhece, além do atrativo natural de balneário no verão, pelas manifestações religiosas de matriz africana. Possui muitos terreiros e festeja, em 2 de fevereiro, a Festa de Iemanjá. A orixá está presente no local, na escultura da artista Judith Bacci, na gruta na orla da laguna, ao lado da Federação Sul-Riograndense de Cultos Afro-Brasileiros.

Para compreender a realidade dos/as estudantes e suas visões a respeito da escola e da comunidade, foram aplicados pelos/as pibidianos/as questionários a 122 educandos/as, a partir do 5º ano. Através destes, emergiram duas problemáticas relativas à compreensão e efetivação de uma educação em direitos humanos: a dificuldade na sua autoidentificação racial e a constatação dos/as estudantes a respeito das contradições ambientais. Também ficou evidenciado através dos questionários a identificação dos/as mesmos/as com o território em que vivem.

A partir destas constatações, o projeto *Meu direito de identificação no Espaço* foi elaborado e posto em prática, sendo norteado pelas discussões que envolvem a historicização das questões ambientais e raciais. Vale ressaltar a experiência pedagógica na formação de educadores/as históricos/as, ao trabalhar com tal dinâmica de reflexão e construção coletiva. Este já é, em si, um exemplo de educação em Direitos Humanos, posto o exercício democrático.

Para elaborar o projeto, nos deparamos com duas *injustiças epistêmicas* dos estudos acadêmicos da História: uma que se refere ao estudo da História ambiental e outra, das questões raciais. Primeiramente, o estudo da História Ambiental se mostrou uma novidade para todos/as nós.

Na construção dos nossos saberes históricos, as experiências com esta abordagem foram insuficientes, insignificantes ou até mesmo inexistentes. Isto nos causou uma surpresa, pois ao fazermos o primeiro contato com o referencial bibliográfico (José Augusto Pádua), nos vimos imersos/as em uma ignorância perniciosa.

Na História, estudamos as transformações que a humanidade produziu e produz, mas nos isentando da responsabilidade das consequências, alienando o ser humano ao meio ambiente. Assim, reproduzimos uma lógica antropocêntrica, de uso dos recursos naturais para benefício e desenvolvimento econômico, invisibilizando os impactos ambientais e sanitários. Sendo esta uma filosofia cartesiana, anglo-saxã moderna, de episteme capitalista, individualista, concorrencial, exploratória, presente e majoritária nos currículos de História tanto do ensino básico, quanto do superior. Ignoramos assim, o racismo ambiental e a necropolítica[12] presente na desigualdade da tecnosfera sanitária, produzidos historicamente, mas negligenciados nos estudos da História quadripartite.

Nesta mesma esteira, vem a segunda injustiça, que tem a mesma origem e diz respeito ao estudo do desenvolvimento das relações racializadas no Brasil. As inquietações mais explícitas quanto a dificuldade dos estudantes da escola de se autoidentificar racialmente, foram percebidas pelos/as bolsistas negros/as. Da mesma forma, a responsabilidade de reunir o conhecimento histórico a respeito da formação do racismo brasileiro, também foi relegado aos mesmos. Aqui, foi possível observar mais

12 Mbembe propôs a "noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de "mundos de morte", formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de "mortos-vivos"." (MBEMBE, 2016)

uma manifestação da ignorância perniciosa, ao ser transferido, pela branquitude[13], o compromisso de compreender e debater o racismo às pessoas negras. Ignora-se, assim, mais uma vez, de quem é a responsabilidade pela invenção e reprodução do mesmo.

Essas contradições teóricas, fruto de anos marcados por uma hegemonia eurocêntrica na produção científica, precisam vir à tona para o desenvolvimento de uma outra narrativa da História que consiga partir dos problemas do tempo presente. Para que então, emerja uma produção comprometida de fato com a transformação da realidade, colocando a didática da História como um início e um fim desta ciência (RÜSEN, 2001). Partindo deste princípio, buscamos coletivamente superar estas barreiras, tendo como propósito o desenvolvimento de um projeto que fosse significativo para todos/as envolvidos/as, mas, principalmente, para os/as estudantes da escola.

Quando responderam ao questionário, perguntados/as sobre suas preferências no bairro, mencionaram a relação com os espaços públicos, como a praia, a praça e as relações desenvolvidas a partir da sociabilidade nesses espaços. Também foi massivo seu desagrado, quando questionados a respeito dos problemas do lugar, em relação às questões de infraestrutura, poluição e violência. Estes indicadores levaram os bolsistas a elaborar o projeto de forma a problematizar as questões ambientais e a relação com o território. Além disso, se construiu uma horta no espaço da escola em conjunto como o PIBID da Geografia, que também realizava seu trabalho na escola de forma concomitante.

Uma problemática foi levantada no preenchimento dos questionários, quanto a autoidentificação étnico-racial. Por não haver a categoria "pardo/a"[14] entre as opções de resposta (as alternativas eram: "branco/a", "indígena", "negro/a"), muitos ficaram confusos, se perguntando e perguntando a nós o que deveriam marcar. A complexidade das questões raciais que envolvem a formação da população brasileira, as políticas de embranquecimento, epistemicídio e desenvolvimento de subjetividades racistas, fez com que um total de 14 estudantes marcassem a opção "indígena". Porém, na escola não há registro de estudantes reconhecidos como indígenas. No total, 55 se autoidentificaram como "brancos/as", outros 39 como "negros/as", 1 escreveu a opção "pardo" e o restante não especificou.

O trabalho desenvolvido buscou a construção com os/as estudantes da escola, da compreensão do que são direitos humanos, problematizando os discursos pejorativos a respeito do tema; a percepção de si no meio ambiente, sensibilizando para a preservação; e o entendimento do processo histórico da construção do racismo brasileiro, valorizando e positivando a cultura afro-brasileira.

Foi sugerido que as turmas a serem atendidas fossem do 6º adiantamento do Ensino Fundamental, pois este é o ano de maior distorção idade-série, elevada taxa de abandono e reprovação e é onde se localiza a introdução à História no Ensino Fundamental. Assim, 4 turmas, 2 no turno da manhã e outras 2 no turno da tarde, vivenciaram o projeto.

Para que os objetivos acerca da discussão dos direitos humanos fossem alcançados, se iniciou o trabalho com uma "chuva de ideias" a respeito da temática. A partir disso, os/as bolsistas instigaram

13 Aqui se entende que branquitude: "significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não-brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais". (SCHUMAN; CARDOSO, 2014, p. 5).

14 Optamos não incluir a categoria "pardo" e fazer uma discussão sobre a classificação de "negros" utilizada pelo IBGE, que engloba tanto "pretos" quanto "pardos". Após a aplicação dos questionários, percebemos que foi um equívoco não ter incluído "pardo" no questionário, uma vez que isso gerou algumas confusões entre os/as estudantes.

os/as estudantes a exporem o que compreendiam como direitos; o que imaginavam ao pensarem em direitos humanos; para que serviam esses direitos. Ao final da aula, todos saíram cantando a letra de pagode que fizeram coletivamente *"Eu não posso matar, eu posso chorar, eu tenho direito de falar, eu tenho direito a estudar, eu tenho direito de lazer e também de comer, eu tenho direito a cantar, minha religião não vou mudar"*.

Na atividade seguinte, os/as educandos/as foram convidados/as a produzir materiais com recortes e impressos para confecção e colagem de "lambes" [15]no muro da escola. Com frases e imagens diversas, eles abordaram preconceito racial, LGBTQ+fobia, liberdade, legislação, entre outros temas.

Ambas aulas a respeito de direitos humanos tiveram uma recepção muito calorosa e positiva de todas as turmas. As abordagens diversificadas e descontraídas surtiram efeitos, fazendo com que os/as estudantes criassem afeto com os/as pibidianos/as e com o projeto. As inseguranças iniciais, em tratar da discussão de direitos humanos no contexto político em que vivemos, logo foram dissipadas na própria prática, não havendo tensões significativas a respeito da pauta.

No enfoque a respeito das questões raciais, já houve tensionamento. Isto se deu, em primeira instância, pela já abordada ignorância perniciosa, desenvolvida historicamente pela branquitude e, por outro lado, pelo fator traumático que o racismo impõe aos sujeitos racializados.

A atividade consistiria na introdução dos processos históricos de perpetuação do racismo, a partir da colonização, para em seguida assistir a animação "Super Choque" (episódio "Filhos dos pais") e o videoclipe "Eminência parda", do rapper Emicida. O despreparo para conduzir a introdução histórica, relacionar com os vídeos e problematizar os mesmos, fez com que houvesse um desconforto geral, tanto entre os/as estudantes da escola, quanto da universidade.

Ambas as ferramentas audiovisuais, isoladas, reforçaram os impactos produzidos pelo racismo. A ausência de estudos, de divisão de tarefas para conduzir a discussão e falta de sensibilidade para com os/as estudantes negros, que carregam em suas trajetórias as experiências do racismo, fez com que os/as mesmos/as ficassem visivelmente incômodos com a aula. A ausência da leitura histórica a respeito do racismo no Brasil e, apenas a sua "ilustração", como acabou se configurando o uso dos vídeos, reproduziu a violação sistemática que os/as negros/as já sofrem.

Foi possível perceber que os/as pibidianos/as brancos/as conduziram a discussão sem um preparo adequado, desconsiderando os tensionamentos e sentimentos que o tema suscita, algumas vezes recorrendo ao senso comum. Posteriormente, houve intenso debate entre a coordenação, as supervisoras e a equipe de estudantes, processo de autocrítica e consenso entre os/as pibidianos/as sobre os equívocos na condução da atividade, tanto na forma como no conteúdo. Aqui, cabe ressaltar as implicações presentes na construção de um processo coletivo de estudo e efetivação de uma prática pedagógica.

Diante das dificuldades verificadas na aplicação desta atividade, ela foi reelaborada, e optou-se por uma abordagem com mais profundidade histórica, que buscou responder a pergunta "de onde vem o racismo?". Assim, foi evidenciado o papel do Estado brasileiro, ao longo de sua história, na

15 Cartazes tipo lambe-lambe são uma forma de manifestação artística urbana presente em várias cidades no Brasil e muito recorrente no município de Pelotas. Geralmente os encontramos colados em paredes, muros ou postes, utilizam linguagem visual e escrita como forma de manifestação política, Muito utilizado devido a facilidade que sua interferência urbana possibilita. Pode ser produzido de diversas formas e pode ser colado com cola branca comum ou com uma mistura caseira a base de farinha e água.

perpetuação da exploração da opressão racial através de legislações, tanto no período da escravidão, como no pós-abolição, até finalmente chegar na Constituição de 1988 e nas ações afirmativas. Ao final, se indagou a respeito da equação 388 anos de escravidão, para 131 anos de liberdade. A partir da autocrítica realizada em conjunto, se retomou o compromisso com a temática da educação em direitos humanos e foram problematizadas diferentes perspectivas da didática da História.

A atividade seguinte já estava prevista no projeto, como oficina para positivação da cultura afro-brasileira. Nela, os/as estudantes novamente foram convidados a se autodeclararem racialmente. Desta vez, indicando uma personalidade negra que admiravam, para inspiração em um auto-retrato, alertando para que não houvesse a prática de *Black Face*.

Assim, foram lembradas personalidades da música brasileira e internacional, jornalistas, atores, personagens de filmes e séries, jogadores de futebol e figuras históricas, como Dandara e Anastácia. Esta atividade foi gerada pela produção e apresentação dos auto-retratos dos/as pibidianos/as. Acreditamos que o processo de discussão a respeito do racismo tenha produzido nos/as professores/as em formação uma reflexão a respeito da responsabilidade da História diante dos crimes, invisibilidades e silenciamentos da branquitude.

A aula posterior abordou o meio ambiente. Os estudantes da escola foram indagados a respeito do que compreendiam a respeito do meio ambiente. Depois, foram provocados a identificar, a partir de imagens diversas, pessoas, praias, cidades, florestas, fábricas, parques. A partir disso, foram levados a refletir a respeito do quanto o ser humano transformou a natureza, desde a pré-história e como o mesmo não se enxerga como parte deste todo.

Ainda na esteira da História Ambiental, se trabalhou com um jogo de memória, com imagens antigas e atuais de diversas paisagens, incluindo o bairro. Assim, foi possível problematizar a relação do ser humano com as transformações do meio e as implicações do desenvolvimento tecnológico e do consumo.

Como produção coletiva, as turmas elaboraram a "Declaração da Turma", inspirada na "Declaração Universal dos Direitos Humanos". Nesta atividade, os estudantes sistematizaram o que consideravam fundamental para um melhor convívio entre si, com os/as professores/as, equipe diretiva, escola e bairro.

Não necessariamente imerso no projeto, mas relacionado com ele, os/as bolsistas elaboraram uma atividade em conjunto com o PIBID da área de Geografia, voltada à conscientização acerca do tempo de decomposição dos materiais descartados no lixo, como plástico, papel, metal, etc. Aliado a isso, se iniciava no bairro a coleta seletiva de resíduos recicláveis.

Posteriormente, a horta foi construída numa área cercada na escola. Através do projeto, acessamos recursos para sementes, mudas, enxadas, ancinhos, entre outras coisas. Também em conjunto com os/as pibidianos/as da Geografia, a supervisora do mesmo e os/as estudantes da escola, limpamos a área, preparamos a terra e os canteiros e, fizemos o plantio de mudas de flores, hortaliças, leguminosas e chás. Propomos um mimo para o/a educando/a que levasse mais mudas para o plantio. Ao final, a horta virou, para além de um espaço de desenvolvimento de uma relação com a terra e com a alimentação saudável, mais um lugar de sociabilidade, onde os/as estudantes envolvidos/as queriam estar.

O projeto "Meu direito de identificação no espaço", previu também a campanha "O Barro Duro que eu quero". Nesta campanha, fomos até a praia para gravar os desejos para o bairro. Em vídeos de poucos

segundos, os/as estudantes desejam o fim da violência, mais compromisso das instituições públicas com o bairro, fim da poluição, melhores condições de infraestrutura, direitos iguais, entre outras coisas. Este processo, colocou os/as estudantes como porta-vozes das mudanças que a comunidade idealiza.

Concluindo o projeto, os vídeos protagonizados pelos/as educandos/as foram exibidos e, em algumas turmas, também foi trabalhado o curta-metragem "Barro Duro", documentário que fala sobre a história do bairro e sua realidade na época de gravação (2013). Algumas turmas não o assistiram, devido a problemas de acesso ao mesmo.

TODOS OS DIREITOS PARA TODOS OS HUMANOS

A terceira escola integrante do PIBID História fica localizada no bairro Fragata, foi criada em 19 de março de 1965; sua fundação se deu no dia 10 de junho do mesmo ano e o seu regimento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em outubro de 1965[1]. No corrente ano de 2020 a escola completou 55 anos. Durante o desenvolvimento do Projeto do PIBID – *Direitos Humanos é coisa... de todos nós* – a escola contava com 650 estudantes, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite. O referido projeto foi aplicado em 2019.

A escola se divide em três turnos, sendo o turno da manhã destinado ao Ensino Médio integral. Nesta modalidade de ensino, implementada em 2019, a escola atende os estudantes das 7:40 às 15 horas da tarde, com uma hora de intervalo para o almoço. As refeições são feitas na escola, incluindo café da manhã (quando os/as estudantes chegam na escola), lanche na hora do recreio, almoço e lanche no horário da saída.

Esta é a única escola do bairro Fragata a ofertar o Ensino Médio integral. Acreditamos que este fator esteja relacionado a diminuição no número de estudantes que frequentam a escola, já que muitos estudantes trabalham no turno da tarde, o que os impossibilita de frequentar o ensino oferecido nesta modalidade. Além do Ensino Médio, a escola oferta no turno da tarde o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), e no turno da noite o Ensino Médio e o Curso Técnico em Contabilidade. Ao turno da tarde também é ofertada merenda escolar, no horário do recreio, e ao turno da noite, é ofertada a janta.

A maioria dos/as estudantes que frequentam este educandário pertencem ao bairro Fragata, porém, alguns/as educandos/as são oriundos/as de um pequeno município vizinho da cidade de Pelotas. "As famílias apresentam variados graus de escolaridade, desde aqueles que nunca estudaram até os que possuem ensino superior, sendo estes, uma minoria. E a renda familiar é aproximadamente de 01 a 03 salários mínimos." (AZEVEDO, 2016, p. 46). Embora estes dados sejam de 2016, as características em relação à comunidade escolar continuam as mesmas. A unidade dispõe de noventa trabalhadores/as em educação, entre docentes, coordenação pedagógica, equipe diretiva, orientação pedagógica, financeiro, merendeira, serviços gerais e agente educacional vinculado a interação com o/a educando/a.

No que diz respeito ao último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - realizado em 2017, o estado do Rio Grande do Sul atingiu a média de 5,7. A meta projetada para este ano era de

5,8. A referida escola não possui dados do último Ideb, ao consultar o site do Inep, nos é informado que a escola não atingiu média suficiente para que o cálculo fosse realizado.[16]

Assim como ocorreu na escola localizada no centro, o primeiro contato dos/as pibidianos/as com a escola se deu através da observação das aulas de História, dos espaços da escola e da forma como os/as estudantes se relacionam com e nesses espaços. Esta observação ocorreu em duas manhãs, nos dias 25 e 26 de outubro de 2018, com um total de doze horas de observação. A partir dessa observação, desenvolveram um questionário que foi aplicado aos/as educandos/as nos diferentes turnos da escola. O questionário, elaborado de forma semi-estruturada, contava com 21 perguntas, conforme segue: Ano em que estuda? Idade? Matéria preferida/ matéria que menos gosta? Gostaria de estudar algo na escola que você ainda não estudou? O que? O que você mais gosta na escola? O que você acha que poderia mudar na escola? Em que bairro você mora? O que você mais gosta no seu bairro?Qual o maior problema do seu bairro? Quantas pessoas moram na sua casa?Qual a ocupação/profissão das pessoas da sua família?Você tem religião? Qual? Autoidentificação racial? Você tem acesso à internet em casa?Você assiste televisão? Quais programas? O que costuma fazer para se divertir? Qual seu maior sonho? Como você vem pra escola? Preconceito na escola/perto da escola? Você costuma ler? O que? Como você se imagina daqui a dez anos? Ao todo, 122 estudantes desta escola responderam este questionário, correspondendo a 19% dos educandos que frequentam esta instituição.

O resultado obtido foi fundamental para direcionar as novas ações do PIBID na escola e foi responsável por nos direcionar no desenvolvimento do projeto. Além dos questionários, os/as pibidianos/as também gravaram um vídeo com depoimentos dos estudantes do Ensino Médio. A pergunta que norteou esses depoimentos foi: "Qual Sylvia Mello você quer?". A partir daí emergiram os temas que fundamentaram o projeto na escola. Assim, os eixos que estruturam o projeto sobre direitos humanos foram: violência e segurança; gênero e sexualidade.

O projeto foi desenvolvido em duas turmas do primeiro ano do Ensino Médio. Os/As pibidianos/as iniciaram o trabalho propondo um debate sobre o entendimento que as turmas tinham acerca dos Direitos Humanos. Para isso, elaboraram uma dinâmica através da qual os/as estudantes deveriam escrever em um papel, em uma frase, o que eles entendiam por Direitos Humanos. Essa escrita se deu forma anônima. Feito isso, algumas frases foram selecionadas aleatoriamente, lidas e discutidas com as turmas. A partir daí os pibidianos apresentaram para os estudantes o conceito de Direitos Humanos, situando suas diferentes fases históricas.

As duas turmas se mostraram participativas nesta atividade, interagindo satisfatoriamente com os/as pibidianos/as. Cabe ressaltar que ao longo do desenvolvimento do projeto, estes/as foram bem recebidos pelos/as estudantes, não havendo rejeição às atividades por eles propostas.

No decorrer desta primeira atividade foi possível perceber que a temática dos Direitos Humanos não era desconhecida pelos/as estudantes da escola e a maioria tinha algum entendimento do que se tratava. Porém, este entendimento estava pautado em discursos de senso comum. Todos/as os/as educandos/as já ouviram falar no termo direitos humanos, no entanto, a maioria apresentava uma percepção equivocada sobre a temática e sua relevância. Para muitos, os direitos humanos estariam voltados à proteção de "bandidos".

16 Dados encontrados em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3142895> Acesso em: 19.jul.2020.

No segundo momento, os/as pibidianos/as passaram a discutir um dos eixos que surgiram a partir do diálogo com os/as educandos/as; a violência e a segurança pública. Essa temática está relacionada ao contexto social do bairro no qual a escola está inserida. O Fragata se constitui em um dos maiores e mais populosos bairros da cidade de Pelotas. Entre os problemas enfrentados pela população residente no Fragata está a constante presença do tráfico de drogas e da disputa que ocorre entre duas facções criminosas relacionada a disputa por pontos de venda, rivalidades e desavenças. A escola encontra-se permeada por este meio. A cidade de Pelotas, até então, enfrentava um aumento no número de homicídios, muitos relacionados a esta problemática. Era presente no cotidiano da escola a perda de um familiar, amigo, vizinho e até mesmo ex-alunos da escola por meio destas disputas e desavenças. Além disso, o bairro também apresenta um número considerável de usuários de drogas, como cocaína e crack. O que também se reflete na vida pessoal dos/as estudantes e no cotidiano da escola.

Para tanto, a discussão sobre segurança pública se deu com o propósito de compreender historicamente como o país chegou a situação que vivemos hoje. Os/as pibidianos/as desenvolveram atividades visando discutir as violações dos Direitos Humanos presente neste processo e como isso afeta a população carcerária, composta majoritariamente pela população pobre e negra. Passou por esse debate, também, a violação dos direitos dos/as profissionais da segurança pública, mediante a precarização desses/as trabalhadores/as.

Assim, no primeiro momento, os/as pibidianos/as desenvolveram uma aula sobre a história da militarização da polícia no Brasil. Inicialmente, com um enfoque mais teórico, foram trabalhados com as turmas textos que abordavam temáticas referentes à segurança pública no Brasil Colônia e Império, na ditadura civil-militar e sobre as polícias militares .

No segundo momento, realizou-se uma oficina intitulada "Balanceando a Violência". Para desenvolver esta oficina, os/as pibidianos/as dividiram as turmas em cinco grupos. A cada grupo foi entregue uma folha, na qual constavam duas situações reais que se relacionavam à temática da segurança pública, assim como imagens e gráficos contendo dados oficiais do governo. Aos/às estudantes caberia discutir entre si, no grupo, os resultados provenientes das situações colocadas. Passado o momento para reflexão, realizou-se uma roda de conversa sobre as soluções encontradas por cada grupo. Os outros grupos poderiam intervir, concordando ou não com o resultado apresentado pelos/as colegas, podendo apontar outros caminhos possíveis. Mais uma vez, apesar de parecer um tema de difícil discussão, as atividades contaram com a participação ativa dos/as estudantes, gerando um bom debate.

Para finalizar o eixo da segurança pública, os pibidianos exibiram um documentário intitulado *Guerras do Brasil.Doc*, episódio "Universidade do Crime", através do qual discutiram a violação dos Direitos Humanos tanto da população civil quanto dos policiais vinculados ao problema estrutural presente no nosso modelo de segurança pública.

No que diz respeito ao eixo relativo às questões de gênero e sexualidade, os/as pibidianos/as trabalharam a história da luta das mulheres, através do movimento feminista, e a história de luta da comunidade LGBTQIA+s. Em um primeiro momento foi realizada uma atividade denominada "Dança dos Corpos". Nessa dinâmica os/as estudantes foram convidados a dançarem sozinhos/as e em pares. Feito isso, houve um debate sobre as diferentes formas de dançar de meninos e meninas e sobre os papéis atribuídos a cada gênero em nossa sociedade, pois, para se compreender "o lugar e as relações

de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos." (LOURO, 1997, p.21).

No segundo momento desta oficina, ocorreu uma discussão sobre as manchetes sexistas e LGBTQIfóbicas veiculadas na grande mídia, solicitando aos/às estudantes que reescrevessem tais manchetes. Este segundo momento não foi realizado no mesmo dia que a primeira parte da oficina. Em virtude da greve dos/as trabalhadores/as em educação, esta atividade só foi desenvolvida em uma das turmas que participaram do projeto. Os pibidianos também iriam realizar um cine-debate sobre violência de gênero com as turmas, mas como o movimento grevista se prolongou, isso não foi possível.[17] Diante deste cenário, não foi possível concluir o projeto relacionado aos direitos humanos nesta escola.

Ainda sobre o desenvolvimento desta segunda etapa da oficina sobre gênero e sexualidade cabem algumas ponderações. A identificação e a nomeação de um corpo se dá mesmo antes do seu nascimento, da sua existência. E essa nomeação acontece de acordo com uma determinada cultura e no âmbito de uma determinada linguagem. (LOURO, 2007). Notoriamente, este corpo, precocemente identificado como masculino e feminino, baseado em seu sexo biológico, assumirá uma identidade, e esta nem sempre corresponderá a este sexo. Dito isso, após o debate sobre gênero e sexualidade um menino em processo de transição de gênero para o feminino, ao final da discussão, silenciosamente se levantou, agradeceu e deu um abraço em cada um/a dos/as pibidianos/as responsáveis pelo desenvolvimento da temática naquela aula. Isso nos mostra como são urgentes e necessárias práticas que visem a discussão da sexualidade no ambiente escolar. Abordar essa temática significa inclusão desses sujeitos de forma ativa no processo de ensino/aprendizagem.

O QUE APRENDEMOS SOBRE COMO ENSINAR E APRENDER ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS?

O desenvolvimento dos projetos sobre direitos humanos nas escolas nos colocou frente a diversos desafios, fazendo com que nosso planejamento fosse modificado em diferentes momentos, assim como nossas práticas e abordagens fossem repensadas. Há uma série de dificuldades e cuidados necessários ao tratar de tais temas. Falar de direitos humanos significa falar de temas sensíveis, que, na acepção de Tutiaux-Guillon, se referem a temas "vivos", complexos, carregados de emoções, que implicam o confronto de valores e interesses e são importantes "para o presente e o futuro em comum". (TUTIAUX-GUILLON *apud* GIL e EUGÊNIO, 2018, p. 142).

Neste sentido, é fundamental que professores e professoras, ao abordá-los, se municiem de materiais qualificados e de ferramentas metodológicas adequadas e diversas. Além disso, é importante envolver a escola neste processo, dialogando com a gestão e com professores/as de outras áreas do conhecimento. Isso, além de potencializar o trabalho do/a professor/a, garante maior respaldo no caso de pressões e tensionamentos com as famílias. Alberti (2014, p. 2) afirma que "uma das recorrências na literatura sobre o ensino de questões sensíveis ou controversas é a necessidade de um ambiente

17 Os/as trabalhadores/as em educação do estado do Rio Grande do Sul entraram em greve em 18 de novembro de 2019 em decorrência dos sucessivos parcelamentos e pagamentos em atraso dos seus salários e da votação de um projeto que traria mudanças significativas no plano de carreira dos mesmos. O movimento grevista acabou se prolongando por 57 dias. Na escola Sylvia Mello contou com uma adesão parcial dos/as trabalhadores/as a greve.

seguro, onde alunos e professores se sintam confortáveis para discutir o assunto, bem como o fato de os professores e a escola estarem dispostos a correr riscos."

Além disso, a questão do tempo é fundamental, porque se tratam de discussões complexas, requerem tempo para que sejam abordadas e apreendidas com qualidade. Nossos projetos foram desenvolvidos ao longo de um semestre, e isso permitiu que os temas fossem tratados em diferentes momentos, houve espaços para a escuta dos/as estudantes e para acompanhar as aprendizagens e transformações no que se refere às suas percepções acerca dos direitos humanos. Geralmente, no cotidiano da sala de aula, somos pressionados pelos prazos, dificultando abordagens de longa duração. É essencial contornar essas pressões e garantir espaços para que temas que consideramos significativos sejam contemplados.

Vale ressaltar que a recepção dos projetos por parte dos e das estudantes nos surpreendeu. As propostas, de forma geral, foram bem recebidas, suscitaram curiosidade, envolvimento, debates e embates. Isso se explica principalmente porque os temas abordados dialogaram com as experiências de nossos/as alunos/as, tendo em vista que muitos/as deles/as convivem com uma série de violações de direitos. As diferentes temáticas e atividades desenvolvidas permitiram o estabelecimento de conexões e mobilizaram afetos, fundamentais em qualquer processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, afirmamos que não se deve temer discutir sobre direitos humanos, tampouco colocar tal abordagem no espectro de tabu. Devemos promover a escola como um espaço democrático, de compreensão e acesso aos mesmos. Se há algo a temer, quando se trata desta temática, são as violações, dirigidas principalmente aos/as jovens das periferias. O ensino de História deve fortalecer o direito ao conhecimento sobre o passado de diferentes grupos e sociedades, sem perder de vista o direito ao futuro. E para qualquer horizonte de futuro, afirmar os direitos humanos é fundamental.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. *IN:* Anais eletrônicos - *Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, Caicó, RN, 2014. Disponível em: http://cnhc.ufrn.br/wpcontent/uploads/2019/11/Anais_com_Resumos_IX_CNHCS_2019-1.pdf.

ANDRADE, Suélen dos R.; BARCELOS, Alice R.s; MACEDO, Cyro; BITTENCOURT, Laís N.; GASPAROTTO, Alessandra. Autoidentificação racial no Ensino Fundamental: uma perspectiva histórica acerca das questões raciais no Brasil. *In: Semana integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão*, 5ª, Universidade Federal de Pelotas. Anais, Pelotas, 2019. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/XE_04521.pdf?ver=1568596004. Acesso em: 30 jun. 2020.

AZEVEDO, Aurélia V. S. de. *Avaliação: uma proposta de orientação da aprendizagem do aluno e reorientação da prática pedagógica do professor*. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Cidadania e Direitos Humanos*. USP: Instituto de Estudos Avançados, 2004.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. *Estudos Avançados*, n. 32 (93), 2018. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1cS-ues1E7lna0m49C_GO3HDIUe7h7KAZRDbDRszJj8Q/edit# Acesso em 30 de março de 2023.

CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *IN:* SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, *et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CHADE, Jamil. 50 anos depois, Brasil volta a ser alvo sistemático de denúncias internacionais por violações de direitos humanos. *EL PAÍS*. [09/03/2020]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-10/50-anos-depois-brasil-volta-a-ser-alvo-sistematico-de-denuncias-internacionais-por-violacoes-de-direitos-humanos.html. Acesso em: 12 jun. 2020.

CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Considerações iniciais sobre o conceito de direitos humanos.* Pensar, Fortaleza, v. 10, n. 10, p. 98-105, fev. 2005.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História Hoje,* v. 7, nº 13, p. 139-159, 2018.

HENRIQUE, Guilherme. *Como o Brasil lida com os direitos humanos?* [26/08/2018]. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/como-o-brasil-lida-com-os-direitos-humanos/a-45201999. Acesso em: 20 jul. 2020.

LOPES, Alice Casimiro. *Os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio e a submissão o mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização*. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 386-400. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, dez 2007, n. 46, p. 201-218.

MANIERO, Valéria. Direitos humanos: ONU aponta retrocessos e coloca Brasil na lista de países onde situação é preocupante. *UOL NOTÍCIAS*. [27/02/2020]. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/02/27/direitos-humanos-onu-aponta-retrocessos-e-coloca-brasil-na-lista-de-paises-onde-situacao-e-preocupante.htm. Acesso em 10 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/viewFile/8993/ Acesso em 30 março 2023.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/

RÜSEN, Jorn. *Razão histórica*: Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHUCMAN, Lia; CARDOSO, Lourenço. APRESENTAÇÃO DOSSIÊ BRANQUITUDE. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 6, n. 13, p. 05-07, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/146. Acesso em: 05 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Relatório de atividades dos bolsistas do PIBID História*. Pelotas, 2019.

ZIBAS, Dagmar. A reforma do Ensino Médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, jan/fev/mar/abr 2005, n. 28, p. 24 - 36.